



INFORMATIVO

O TUIUTI



*ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DA ACADEMIA DE
HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL/RIO GRANDE DO SUL (AHIMTB/RS)
- ACADEMIA GENERAL RINALDO PEREIRA DA CÂMARA -
E DO INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL (IHTRGS)*

510 anos da descoberta da Ilha de São Francisco e do Rio da Prata por Juan Dias de Solis. 490 anos do início do 2º Ciclo econômico no Brasil, o do Açúcar. 480 anos da fundação de Santos, por Brás Cubas. 460 anos da fundação de São Sebastião do Rio de Janeiro. 410 anos da expulsão dos franceses do MA pelos luso-brasileiros. 400 anos da chegada a Salvador da esquadra de Dom Fadrique de Toledo Osório (Jornada dos Vassallos) e expulsão dos holandeses. 390 anos da perda do Arraial do Bom Jesus para os holandeses. Prisão de Domingos Fernandes Calabar e execução pelo Conselho de Guerra em Porto Calvo, acusado de alta traição em favor dos holandeses. 380 anos do início da Insurreição Pernambucana contra os holandeses e do Compromisso Imortal. Elevação do Brasil a Principado. 330 anos do início do Ciclo do Ouro. Morte de Zumbi dos Palmares. Destruição do quilombo de Palmares. 310 anos do II Tratado de Utrecht e devolução da Colônia do Sacramento a Portugal. 290 anos da Guerra Luso-Espanhola (até 1737) e da assunção do governo do Rio de Janeiro pelo Brigadeiro José da Silva Pais. 270 anos da criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão e criação da Capitania do Rio Negro. 260 anos do início da Derrama em Minas Gerais. 210 anos da elevação do Brasil à categoria de Reino Unido de Portugal e Algarves. 200 anos do reconhecimento da independência do Brasil por Portugal. Início da Guerra da Cisplatina. Nascimento de Dom Pedro II. 190 anos do início da Revolução Farroupilha. 180 anos do fim da Guerra dos Farrapos. 160 anos da Tomada de Corumbá pelo Paraguai. Declaração de guerra do Paraguai à Argentina e invasão de Corrientes. Tratado da Tríplice Aliança. Fim da Questão Christie. 150 anos do Regulamento Disciplinar do Exército. 130 anos do fim da Revolta Federalista no RS. 90 anos da Lei de Segurança Nacional e da vitória contra a Intentona Comunista. 80 anos das grandes conquistas da FEB na Itália e fim da 2ª GM. 70 anos da crise institucional de 1955. 60 anos do AI2. 30 anos da UNAVEM.

2025

Junho

Nº 481

VAUBAN: MESTRE DAS FORTIFICAÇÕES, E UM PENSADOR À FRENTE DE SEU TEMPO

Vivaldo José Breternitz (*)





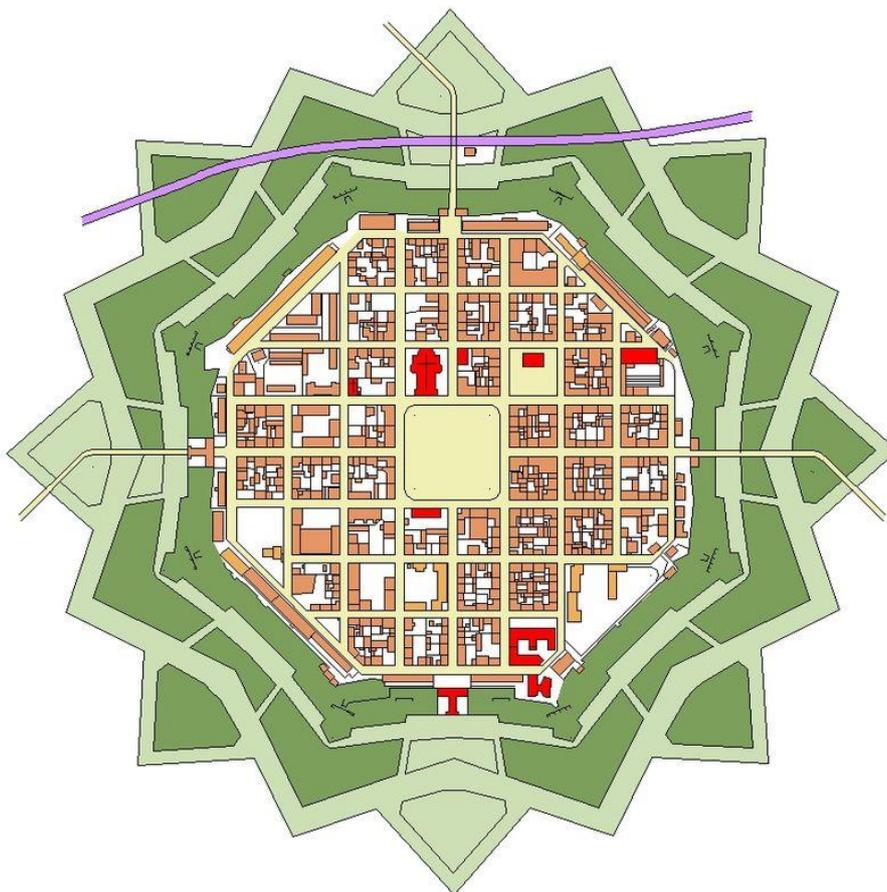
Sébastien Le Prestre, Marquês de Vauban (1633-1707), ingressou na vida militar aos 17 anos.

Nascido em uma família nobre empobrecida, Vauban logo demonstrou talento e perspicácia na área de engenharia militar; sua habilidade levou-o a ser nomeado “engenheiro ordinário do rei” em 1655. A partir daí ascendeu rapidamente, tornando-se Comissário Geral de Fortificações em 1678 e Marechal de França em 1703, uma honra raramente concedida a engenheiros.

A principal contribuição de Vauban reside na sistematização da construção e do ataque a fortificações. Ele desenvolveu um sistema de defesa "em estrela", caracterizado por baluartes angulares que permitiam fogo cruzado e eliminavam pontos cegos, tornando as muralhas muito mais resistentes aos ataques de artilharia e infantaria da época.

Cada elemento de suas fortificações era cuidadosamente planejado, desde a espessura das muralhas e a profundidade dos fossos até a disposição das casamatas e dos caminhos cobertos. Ele construiu ou remodelou mais de 160 fortalezas em toda a França, criando um "cinturão de ferro" que protegeu o reino durante o reinado de Luís XIV. Cidades como Lille, Estrasburgo e Besançon ostentam exemplos notáveis de suas obras.

A(s) imagem(ns) abaixo mostra(m) um esquema da cidade de Neuf-Brisach, fortificada por Vauban.



Paralelamente à construção defensiva, Vauban revolucionou a arte do cerco, tendo desenvolvido um método sistemático e progressivo para a tomada de fortalezas inimigas, baseado em trincheiras paralelas que se aproximavam gradualmente das muralhas sob a proteção de artilharia cuidadosamente posicionada.

Ele calculava com precisão as tropas, a quantidade de material e o tempo necessário para cada etapa do cerco, transformando-o de uma empreitada caótica em uma operação metódica e científica. Seus métodos de cerco eram tão eficazes que muitas vezes as guarnições inimigas se rendiam ao perceber a inevitabilidade da derrota diante da precisão de Vauban.

No entanto, a visão de Vauban ia além do campo de batalha. Ele era um observador atento da sociedade francesa e não hesitava em apresentar propostas de reforma ao rei, mesmo que fossem controversas.

Em sua obra "La Dîme Royale" (O Dízimo Real), propôs um sistema tributário mais justo e equitativo, substituindo os múltiplos impostos existentes por um único imposto sobre todas as rendas, incluindo as da nobreza e do clero. Essa ideia, radical para a época, visava aliviar o peso sobre as camadas mais pobres da população e estimular a economia.

Vauban também se preocupava com questões sociais como a melhoria das condições de vida dos camponeses, o desenvolvimento da agricultura e a importância da educação. Ele defendia a criação de um cadastro geral de terras para uma tributação mais justa e propunha medidas para incentivar a produção agrícola e o comércio. Suas ideias refletiam uma preocupação genuína com o bem-estar do povo e uma compreensão da interdependência entre a prosperidade econômica e a estabilidade social.

Apesar de muitas de suas propostas de reforma terem sido recebidas com resistência pela nobreza e não terem sido postas em prática, a influência de Vauban como engenheiro militar foi inegável e duradoura. Seus princípios de fortificação e cerco foram estudados e imitados por gerações de engenheiros militares em todo o mundo. Suas fortificações, muitas das quais ainda existem hoje, são testemunhos de sua genialidade e de seu profundo conhecimento da arte da guerra.

Sua dedicação ao serviço do Estado, sua mente analítica e sua preocupação com o bem comum o elevam à categoria de um dos grandes nomes da história francesa.

(*) Vivaldo José Breternitz, Doutor em Ciências pela Universidade de São Paulo, é professor, consultor e diretor do Fórum Brasileiro de Internet das Coisas – vjnitz@gmail.com.

@@

RUA ALMIRANTE INGRAN

Jonas Howard Ingram nasceu em 15 de outubro de 1887 na pequena cidade americana de Jeffersonville, Indiana e, optando pela carreira militar, graduou-se pela Academia Naval de Annapolis, MD, em junho de 1907.

Sua carreira como oficial registra ter sido contemplado, em 1914, com a Medalha de Honra, a mais alta condecoração militar dos Estados Unidos, pela sua “conduta distinta em batalha” na Batalha de Vera Cruz, México.

Participou ativamente das campanhas navais de seu país na Primeira e na Segunda Guerra Mundial.

Promovido a Contra-Almirante em janeiro de 1941, foi designado comandante da Força Tarefa 3 da Marinha americana, que tinha a missão de patrulhar as águas do Caribe e do Atlântico Sul, sob a denominação genérica de “patrulha da neutralidade”, pois tanto os Estados Unidos quanto o Brasil eram autodeclarados neutros em relação aos conflitos que se desenrolavam na Europa e no Pacífico.

Com o ataque japonês à base aeronaval americana situada em Pearl Harbor, realizado em 7 de dezembro de 1941, que levou os Estados Unidos a entrar na guerra contra os países do Eixo (Alemanha-Itália-Japão), quis o destino que, promovido a Vice-Almirante em setembro de 1942, Ingram fosse designado Comandante da Esquadra do Atlântico Sul, com QG em Recife, PE.

Sua nova missão era patrulhar a costa da América do Sul situada ao sul do Equador e para tanto contava com forças americanas e unidades navais e aéreas brasileiras.

Como os japoneses haviam cortado as rotas que partindo da América do Norte abasteciam os TO do Pacífico Sul e o inverno havia cortado as rotas que partiam das bases e dos portos da costa leste dos Estados Unidos para abastecer os TO europeus e do Oriente Médio, as únicas rotas aéreas e navais que ligavam os Estados Unidos com a Europa, o Oriente Médio e o Sudeste da Ásia eram as do Atlântico Sul, utilizando as bases aéreas e navais de Belém, Natal e Recife, de modo que cresceu, exponencialmente, a importância do comando exercido pelo almirante Ingram, que em novembro de 1944 foi promovido a Almirante de Esquadra e designado Comandante em Chefe da Frota Norte Americana do Atlântico Sul.

Carismático, o almirante Ingram conquistou a confiança do presidente Getúlio Vargas que, em privado, o chamava de “Senhor dos Mares”. Dinâmico, durante seu comando na costa do nordeste do Brasil, foi o promotor de iniciativas que passaram à história do Brasil como será apresentado a seguir:

- Aportou em Recife pela primeira vez em 10 de maio de 1941. Sem falar uma única palavra em português, nada o impediu de tomar as primeiras providências para transformar o aca-nhado e histórico porto local em fonte de suprimento de combustíveis e provisões de boca para os navios de guerra norte-americanos que, sob seu comando, patrulhavam as águas do Atlântico Sul.

- Ingram aportou em Recife, pela segunda vez, em 3 de julho de 1941. Após recepcionar autoridades locais a bordo do U.S.S Memphis, desembarcou no dia seguinte e visitou o Palácio do Governo, sendo recebido pelo interventor no Estado de Pernambuco Agamenon Magalhães, a quem agradeceu a cordial acolhida que a população local dispensava aos marinheiros americanos que eram vistos na cidade, dando início a um relacionamento que perdurou por toda a época de guerra. Também visitou o QG da 7ª RM, comandada pelo General Mascarenhas de Moraes. Desse dia em diante, haveria visitas frequentes de navios americanos que acabaram por transformar Recife na base central das forças aliadas no Atlântico Sul Ocidental.

- Em meados de maio, Ingram decidiu dividir os navios que estavam sob seu comando em dois grupos de patrulha, que receberam a denominação de Grupos 1 e 2. Foi com essa formação que a Força Tarefa 3, comandada por Ingram, cumpriu as missões de patrulhamento durante o restante do ano de 1941.

- Em 13 de agosto o navio-tanque U.S.S, Laramie atracou no porto de Recife e passou a fornecer óleo combustível e gasolina de aviação aos navios e aviões americanos que passaram a aportar em Recife. Até então o abastecimento desses suprimentos críticos eram de responsabilidade de companhias americanas especializadas nessa atividade e que operavam no porto.

- O ataque japonês à base aeronaval americana de Pearl Harbor e a consequente entrada dos Estados Unidos na II GM fez com que aumentasse a frota americana sob o comando de Ingram e, conseqüentemente seus problemas de abastecimento de combustíveis. Ingram pediu a Washington e foi atendido, no sentido de estabelecer, no porto de Recife, tanques de combustível e bombas de abastecimento, que passaram a atender às necessidades americanas e as de navios e aviões brasileiros que operavam sob o comando americano.

- Ingram determinou a construção de paióis para armazenar munições e explosivos, afastados da área portuária de Recife, sendo escolhida a região de Jiquiá, antigo campo de pouso de Zeppelins.

- Com a entrada do Brasil na guerra, Ingram sentiu a necessidade de instalar um QG em Recife, abandonando a ideia de ter QG em alguma belonave e assim Recife se tornou o Centro Naval do Atlântico Sul. O novo QG, em terra, passou a operar na véspera do Natal de 1942.

- Visando cuidar da saúde do pessoal embarcado e dos que permaneciam em terra, Ingram deu início à construção, na praia da Boa Viagem, de um hospital que passou a ser chamado de “Knox Field Hospital”, uma homenagem a Frank Knox, Secretário da Marinha dos Estados Unidos. Durante a construção do hospital, uma qualificada equipe de profissionais da saúde enviada pelos americanos, começou a atender os necessitados em uma casa existente no terreno onde seria construído o hospital.

- Visando colaborar no abastecimento de alimentos de toda classe para a cidade do Recife e as instalações militares decorrentes do esforço de guerra, Ingram pediu ao interventor Agamenon Magalhães a cessão de uma área para a instalação de uma fazenda agrícola. Atendido, determinou que essa área fosse desbravada e passasse a produzir hortaliças e carne de porco e de galinha, o que foi realizado com total êxito. Essa fazenda recebeu o nome de “Fourth Fleet Farm”.

- O aumento da presença de militares americanos em Recife, fez com que fossem preparados alojamentos e locais de descanso e recreação para apoiar as tripulações quando em terra, no já famoso “Camp Ingram”. Um escritório especializado em recreação e lazer da tropa foi instalado e atividades como jogos desportivos, festas e bailes passaram a ser realizados com absoluto sucesso.

- Ao se aproximar o término da guerra, Ingram concedeu uma entrevista que praticamente sintetiza sua estadia em Recife:

“Recife tem sido base de operações da Esquadra do Atlântico Sul por quase dois anos. Quanto à guerra e à ameaça submarina, a situação permanece grave e a qualquer momento uma ação ousada pode atingir um comboio e causar a perda de navios, mas o povo do Brasil pode ficar certo de que as forças sob meu comando farão o possível para manter a navegação nos mares. Terminando, desejo realçar que as facilidades portuárias tem sido de valor inestimável para as minhas forças e o dinheiro posto em circulação aqui e o auxílio dispensado ao comércio brasileiro não foi pequeno, beneficiando a cidade do Recife. Tudo faremos para impedir que os azares da guerra atinjam a costa brasileira.”

- Ingram participou, em 28 de janeiro de 1943, da histórica Conferência de Natal entre os presidentes Roosevelt e Vargas, que praticamente selou a participação ativa do Brasil na II GM, através do envio de uma Força Expedicionária (FEB) para lutar no TO europeu. A foto do deslocamento de uma pequena viatura militar (jipe) dirigida por um coronel americano transportando Roosevelt, Vargas e Ingram em Natal, é um verdadeiro ícone das relações amistosas entre Brasil e Estados Unidos durante os eventos ocorridos entre os dois países no período 1939/1045.



O que é surpreendente nesse breve relato sobre a presença do almirante Ingram no Brasil é o fato de existir, no tradicional bairro de Brás de Pina, no subúrbio do Rio de Janeiro, a rua Almirante Ingran, assim mesmo, com o “n” no lugar do “m”, em sua homenagem...

General de Exército Veterano Virgilio Ribeiro Muxfeldt,
Membro-Efetivo da AHIMTB/RS

220 anos do Tratado de Badajoz e da posse das Missões do RS pelos luso-brasileiros

Luiz Ernani Caminha Giorgis
lecaminha@gmail.com

“Para a honra dos grandes acontecimentos é, muitas vezes, necessário que as causas fiquem ocultas”.

Bernard le Bovier de Fontenelle

Volver ao passado, desentranhar dos arquivos fatos e figuras, interpretá-los com um critério objetivo, extrair de acontecimentos pretéritos uma lição – uma grande lição de experiência política, porque a “História é a Mestra da Vida” - tudo isso constitui um prazer para quem se interessa por papéis amarelecidos de uma tradição diplomática, permanente e prudente [...]. Há na História, mais que coragem, um sacrifício: o de dizer a verdade. Especialmente quando ela brota de documentos antigos. Sacrifício penoso, máxime quando se escreve a História Diplomática. E do Brasil.

Embaixador Álvaro Teixeira Soares, 1955

Resumo

Este trabalho aborda o processo histórico que resultou na posse e consolidação da região das Missões, chamada então de Sete Povos das Missões, situada ao norte e noroeste do Rio Grande do Sul, pelos luso-brasileiros-gaúchos no início do século XIX sob a força das armas contra os espanhóis e seus descendentes, e os seus desdobramentos, em função da celebração do Tratado de Badajoz de 1801 entre Portugal e Espanha. Aborda também o processo histórico seguinte, pós-Badajoz, que consistiu em tentativas de retomada do território pelos espanhóis, passando pelo Tratado do Rio de Janeiro de 1828, que promoveu a independência da Banda Oriental com o nome de República Oriental do Uruguai e continuando até a metade do século XIX com as ações imperialistas dos diversos ditadores platinos, inclusive Francisco Solano Lopez, do Paraguai.

Introdução

Desde o descobrimento da América (1492) e pelo Tratado de Tordesilhas de 1494, portugueses e espanhóis passaram a lutar entre si pelos territórios recém descobertos. Sem dúvida, Tordesilhas deixou muitas lacunas e dúvidas que causaram atritos e desconfianças de ambos os lados no decurso dos séculos seguintes.

Ao longo do tempo, os tratados que tentaram delinear os interesses territoriais ibéricos na América foram os seguintes:

- Tratado de Tordesilhas (1494);
- Tratado de Lisboa (1681);

- Tratado de Utrecht (1715);
- Tratado de Madri (1750);
- Tratado de El Pardo (1761);
- Tratado de Santo Ildefonso (1777); e
- Tratado de Badajoz (assinado em 06 de junho de 1801).

Todos eles foram instrumentos que procuraram, de uma forma ou de outra, dirimir dúvidas e desavenças entre os dois impérios. Demandas que, como se poderá verificar, se prolongaram pelos séculos XVII e XVIII, chegando ao XIX. As pretensões geopolíticas predominavam em ambos os lados, tanto na Península Ibérica como na América do Sul.

Destes tratados nos interessam, particularmente, o de Santo Ildefonso e o de Badajoz, este de maneira peculiar.

O Tratado de Santo Ildefonso¹

Na segunda metade do século XVII, Portugal passava por sérias dificuldades políticas. Com a morte de Dom José I (1714-1777), subiu ao trono sua filha Dona Maria I (1734-1816), a qual demitiu o todo-poderoso Primeiro-Ministro Sebastião José de Carvalho e Melo – Conde de Oeiras², iniciando assim um período apelidado de “A Viradeira”.



Dona Maria I (ao lado) e seu primo Don Carlos III, rei de Espanha, houveram por bem assinar o Tratado de Santo Ildefonso para acertos dos limites e para “acalmar os ânimos belicosos na região platina”³. Mas o Tratado também visou acertar divergências na Península Ibérica.

O Tratado foi assinado em 1º de outubro de 1777 na localidade de Santo Ildefonso, província de Segóvia, Espanha, e procurou restabelecer, em parte, os postulados do anterior Tratado de Madri (1750) no que se referia à Nova Colônia do Santíssimo Sacramento, uma colônia portuguesa estabelecida em 1680 na margem esquerda do Rio da Prata, e o território das Missões jesuíticas, situado ao norte e noroeste do território do atual Rio Grande do Sul⁴.

Se o Tratado de Madri trocava a Colônia do Sacramento, então de posse portuguesa, pelas Missões, de posse espanhola, o de Santo Ildefonso entregava tudo às mãos da coroa espanhola. Foi uma derrota da diplomacia portuguesa da época.

A imagem da próxima página esclarece a situação em 1777, e estabelece o traçado da linha demarcatória concertado em Santo Ildefonso.

Existiam diferentes interpretações sobre o traçado da linha de fronteira pelas diplomacias de Espanha e de Portugal, principalmente ao sul e ao norte. O traçado mais aceito é o de cor azul.

Ao sul, junto à região do Chuí, foram estabelecidos os chamados Campos Neutrais, marcados na imagem com a cor amarela.

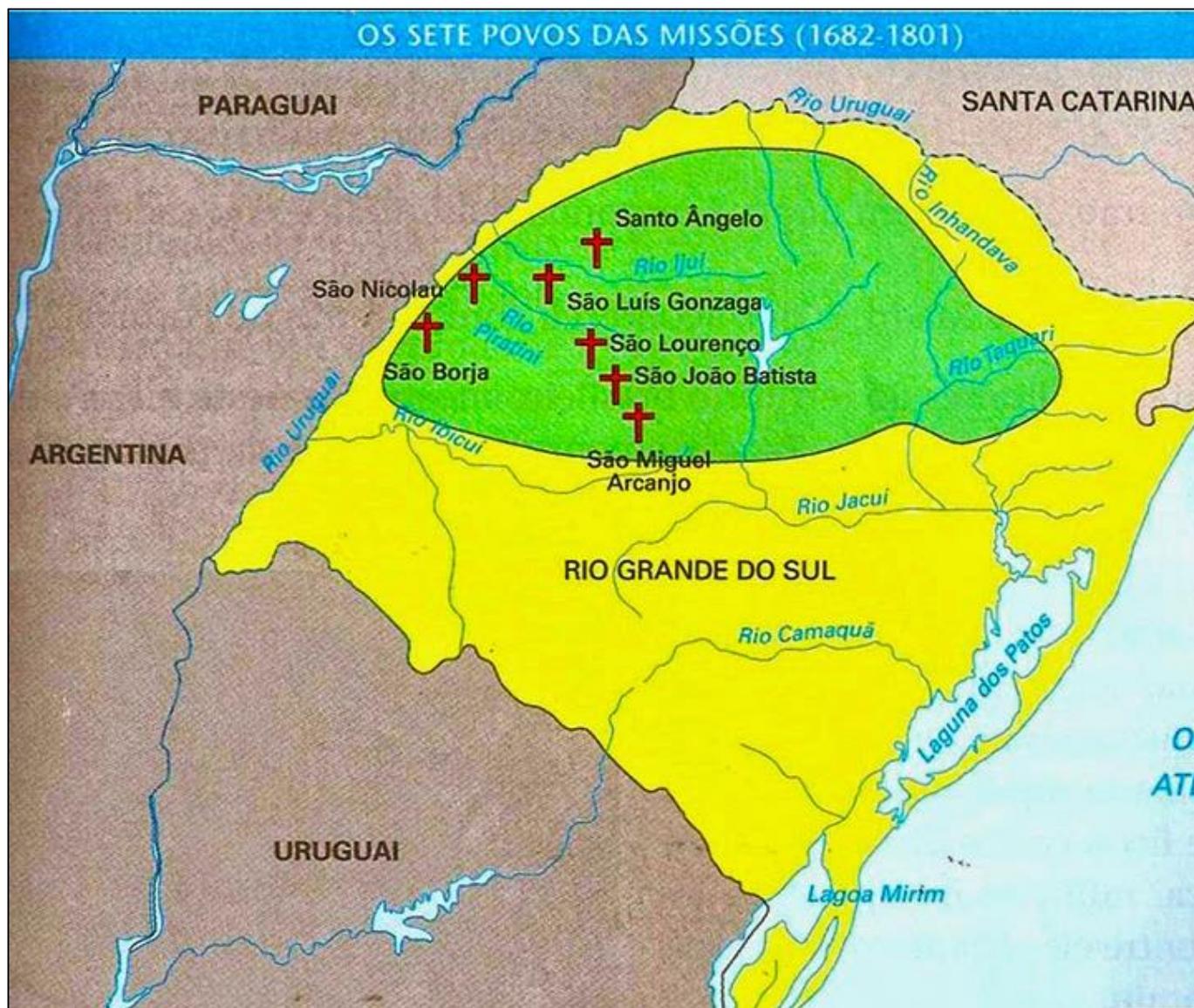
¹ Cidade de Ildefonso, na província de Segóvia, Espanha.

² Depois Marquês de Pombal.

³ Lemos, 2009, p. 189.

⁴ A evolução do status político do atual Rio Grande do Sul foi o seguinte, a partir de 1760: Capitania do Rio Grande de São Pedro; a partir de 1807: Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul; em 1821: Província de São Pedro do Rio Grande do Sul; e, a partir do Brasil-República: Estado do Rio Grande do Sul.

Os “Siete Pueblos” das Missões Orientais do Uruguai eram os seguintes: San Miguel, San Juan, San Angel, San Lorenzo, San Luís Gonzaga, San Nicolás e San Francisco de Borja⁵ (abaixo).



A guerra na Península Ibérica

Depois da Revolução Francesa, a situação da Europa como um todo era a de um novo ciclo histórico. Muitas reivindicações, lutas pelo poder, alianças político-militares, a França procurando se sobressair entre as grandes nações e rivalidades cada vez mais flagrantes.

Quanto às nações ibéricas, os anseios ainda pré-napoleônicos se traduziram em pressões diplomáticas, econômicas e militares a partir do final do século XVIII. Em Portugal, o Príncipe Dom João (1767-1826) assumia, com a idade de 25 anos, em 1792 a regência do Reino português em nome de sua mãe Dona Maria I, incapacitada por questões de saúde.

Quatro anos depois, em 18 de agosto de 1796, também em Santo Ildefonso, foi assinado um outro tratado, desta vez entre Espanha e França, estabelecendo a declaração de guerra de ambos os países à Inglaterra⁶.

⁵ Conforme César Pires Machado, 1970, p. 211.

⁶ Houve ainda um terceiro tratado, assinado em 1º de outubro de 1800 em Santo Ildefonso, no qual foram acertadas entre Espanha e a França questões relativas a Itália e à entrega da Luisiana (atual EUA) à França. Este tratado não envolveu os domínios sul-americanos.



Acima, o Príncipe Dom João ainda jovem. Fonte Museu Nacional UFRJ

Em 1798, Napoleão assume o poder total na França através do golpe chamado de “18 do Brumário”. A partir daí, Napoleão passou a hostilizar a Inglaterra, sua maior inimiga e, por via de consequência, Portugal, aliada daquele reino. Pressionada pela França, a Espanha passou também a hostilizar Portugal, pelo simples fato de que os portugueses se negaram a cortar relações diplomáticas e comerciais com a Inglaterra, sua aliada desde longa data. Está claro que a rivalidade maior era entre França e Inglaterra.

Em 02 de março de 1801, obedecendo às convenções firmadas com a França, o rei espanhol Carlos IV declarou guerra a Portugal e seus domínios. Declaração de guerra formalizada em Aranjuez. Antes mesmo da resposta portuguesa a esta declaração os exércitos franco-espanhóis invadiram o Alentejo e tomaram a localidade portuguesa de Olivença, situada na província de Badajoz⁷.

Foi a chamada Guerra das Laranjas⁸.

É fácil observar que estava tudo preparado para esta agressão ao estado lusitano. Desde o final do século XVIII os espanhóis vinham concentrando tropas na fronteira com Portugal. As operações militares duraram 18 dias. Neste período o Exército Espanhol, diante de fraca resistência portuguesa, tomou uma dúzia de populações fronteiriças no alto Alentejo.

Em 06 de junho de 1801, Portugal de um lado, e Espanha coligada à França de outro, foi assinado o Tratado de Badajoz.

Acontecimentos no cone sul da América do Sul

Os acontecimentos peninsulares repercutiram intensamente na Capitania do Rio Grande, cujo governante⁹ tomou, imediatamente, providências em relação à nova situação, da mesma forma que em situações anteriores, ou seja, o que acontecia na Península Ibérica repercutia no cone sul da América.

Conforme o historiador Guilhermino César, o Governador Veiga Cabral, mobilizando os escassos recursos disponíveis, convocou milicianos, anistiou os desertores, chamou às fileiras antigos soldados que se haviam licenciado e, por fim, concentrou todas as suas forças na Vila do Rio Grande e na região de Rio Pardo.

Algo de surpreendente então se verifica. Alertado, antevendo o perigo, o povo supriu espontânea e logisticamente as manifestas deficiências materiais da nossa organização militar. O entusiasmo da população criou, desta forma, condições favoráveis à vitória altamente expressiva que se seguiria.

⁷ Esta guerra foi, inicialmente, chamada de Guerra das Laranjas. Depois Guerra Peninsular.

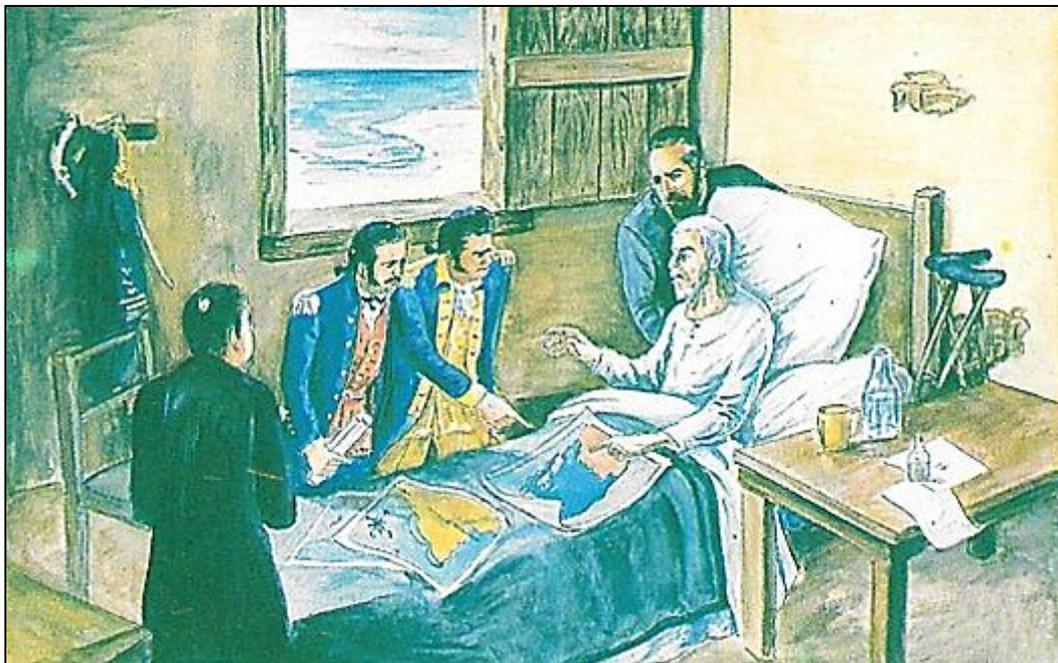
⁸ Conforme a professora Graça Foles Amiguiño no site <https://elvasnews.pt/forte-da-graca-guerra-das-laranjas-sec-xix-1801/> (acesso em 16/03/2021), durante a conquista dos territórios de Elvas, o ministro hispânico Manuel Godoy colheu um ramo de laranjeira e o enviou para a corte espanhola para provar que havia conquistado Olivença.

⁹ Trata-se do Brigadeiro Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara (1742-1801), português de Santa Maria de Soutelo, vindo para o Brasil em 1773.

Mas o inimigo não estava também muito forte. O governador de Montevideu, José Bustamante y Guerra, que havia criado em 1797 o Regimento de Blandengues, dispunha de pouca tropa, e o mesmo acontecia com o de Buenos Aires.

O expediente que seguiram, na emergência, foi o recuo para suas fortificações, onde esperavam resistir.

As notícias da guerra na Península chegaram à vila de Rio Grande no final de agosto de 1801, quando a paz já fora assinada.



O Brigadeiro Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara em seu leito de morte em Rio Grande determinando as ações para a invasão da região das Missões e adjacências. Fonte: de autoria desconhecida, a imagem da pintura está na página 137 do volume I de BENTO, Cláudio Moreira, Coronel. História da 3ª Região Militar. Porto Alegre: Qualidade Comunicação Gráfica, 1994.

Mas, em 17 de agosto, Veiga Cabral já havia proclamado o estado de guerra. É fácil perceber que o Governador quis aproveitar o contexto bélico na Península Ibérica para retomar as Missões.

Veiga Cabral organizou as ações em duas frentes. Com o início da progressão a partir de Rio Grande, as colunas do Tenente-Coronel Jerônimo Xavier de Azambuja e a do Coronel Manuel Marques de Sousa I^o, partiram para a ofensiva.

De maneira geral, muitos combatentes ainda se lembravam da invasão do espanhol Pedro Antonio de Cevallos Cortés y Calderón (1715-1778) em 1763, que manteve parte do território rio-grandense sob dominação espanhola durante 13 anos.

Conforme o historiador Hernani Donato, foram sete as principais ações dos luso brasileiros contra os espanhóis, todas em 1801.

Em 08 de agosto, em São João Mirim, os combatentes de José Borges do Canto e do furriel Gabriel Ribeiro de Almeida atacaram de surpresa um acampamento “castelhano”. Foram 14 mortos e dezenas de feridos, contra somente um ferido luso-brasileiro. Foi aprisionado o comandante espanhol José Manoel de Las Cañas.

No dia seguinte, 300 indígenas da região se apresentaram voluntários para incorporação às tropas luso-brasileiras.

¹⁰ Houve três Manuel Marques de Souza, avô, filho e neto. O III - Conde de Porto Alegre, lutou na Guerra do Paraguai e faleceu em 1875 no Rio de Janeiro. O I é o atual Patrono da 8ª Brigada de Infantaria Motorizada sediada em Pelotas.

No dia 10 de agosto, a mesma tropa de patrícios conquistou São Miguel das Missões, a sede administrativa das Missões. Inicialmente repelidos, os patrícios conquistaram a localidade em três dias, obtendo a rendição dos defensores.

Em 05 de outubro, o Capitão Antônio Rodrigues Barbosa transpõe o rio Jaguarão e faz debandar o destacamento espanhol de Guarda da Lagoa que ali mantinha um posto.

Em 17 de outubro, na região de Passo da Perdiz, o Capitão Antônio Xavier de Azambuja, à frente de 200 homens a cavalo, vence um grupamento de 160 espanhóis, causando 52 baixas e fazendo 82 prisioneiros.

Em 22 de novembro, na região de San Lucas, Argentina, o Capitão Manoel dos Santos Pedroso atravessa o rio Uruguai e cai de surpresa sobre um acampamento espanhol, expulsando os 130 militares. Foi contra-atacado dois dias depois, mas suportou o ataque e manteve o passo.

Em 23 de novembro, em Camaquã, na barra do rio de mesmo nome, José Borges do Canto e Gabriel Ribeiro de Almeida unem forças e vencem uma tropa inimiga que tentava uma manobra de reconquista do território.

No mesmo dia, em Apóstoles, Argentina, os espanhóis, sob o comando do capitão Rubio Dulce, tentam estabelecer uma cabeça de ponte no rio Icamaquã. Foram atacados e vencidos por Gabriel Ribeiro de Almeida contando três mortos e quatro feridos.

Estas ações contaram com a coordenação do Coronel Manuel Marques de Souza I, apoiado pelos luso-brasileiros tenentes-coronéis Jerônimo Xavier de Azambuja e Patrício José Corrêa da Câmara, este último futuro Visconde de Pelotas¹¹.

A incorporação das Missões e da região oeste e sudoeste

Em 06 de junho de 1801 foi assinado o Tratado de Badajoz, cujo texto só foi conhecido na Capitania do Rio Grande em dezembro. Conforme Guilhermino César seu texto silenciava por completo sobre os aspectos referentes a restituições de território que as armas brasileiras houvessem conquistado¹², de modo que os limites no extremo-sul do Brasil, em princípio, continuavam a ser os fixados em 1777. Guilhermino César diz o seguinte:

Seu texto, conhecido no Rio Grande só em dezembro, silenciava por completo sobre restituições de território que as armas brasileiras houvessem conquistado, de modo que os limites no extremo-sul do Brasil continuavam a ser os fixados em 1777¹³. O Vice-Rei de Buenos Aires, entretanto, pretendeu reaver as Missões, alegando que continuava de pé o Tratado de Santo Ildefonso. A isto se opôs, firme e habilmente, o Brigadeiro Roscio: a Espanha conquistara Olivença aos portugueses e não estava obrigada a devolvê-la: do mesmo modo, não restituiria aos platinos as Missões Orientais, que passaram, assim, a integrar definitivamente o território brasileiro.

Diante das invasões dos luso-brasileiros-gaúchos, o Vice-Rei de Buenos Aires, entretanto, pretendeu reaver as Missões, alegando que continuava de pé o Tratado de Santo Ildefonso. A isto se opôs, firme e habilmente, o Brigadeiro Roscio¹⁴, ou seja:

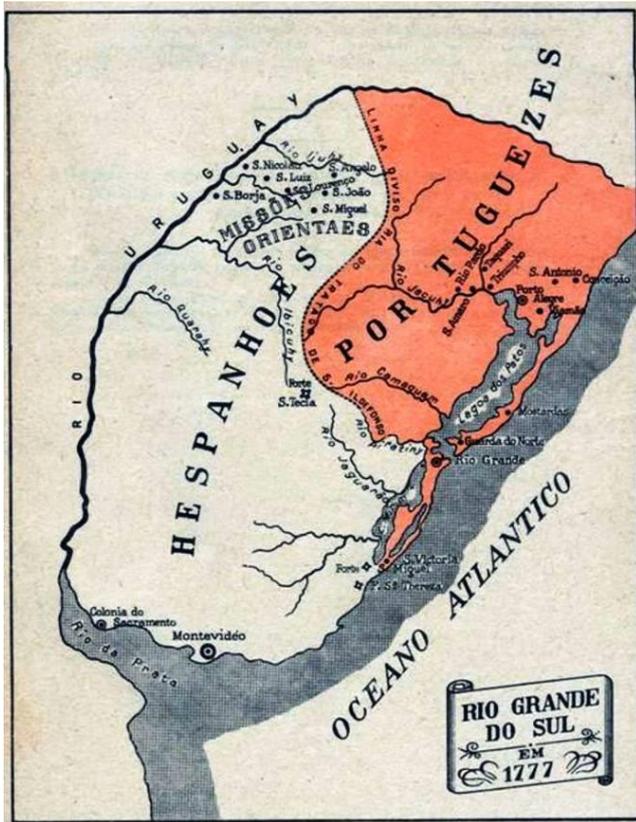
¹¹ É o atual Patrono da 3ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, sediada em Bagé.

¹² Conforme César (1970, p. 216), o príncipe regente Dom João, genro de Carlos IV, não teve como repelir as cláusulas humilhantes do tratado. Portugal perdeu Olivença e seu território, e foi obrigado a fechar os portos do Brasil para a Inglaterra, ato revogado em 1808 quando Dom João chegou ao Brasil com a família real.

¹³ Nota do autor: em princípio, teriam que ser os limites definidos em 1777. Não foi o que aconteceu.

¹⁴ Francisco João Roscio (Ilha da Madeira, 1733 - Porto Alegre, 1805), foi um engenheiro militar português que veio para o Brasil em 1767 para trabalhar em cartografia. É dele, em 1775, o projeto da Igreja da Candelária no Rio de Janeiro. Trabalhou em diversas fortificações e levantamentos cartográficos nas capitanias do Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande (do Sul). Tendo recebido a patente de tenente-coronel, chefiou uma Sub-Divisão da Comissão Demarcadora de Limites, encarregada de mapear a região Sul da colônia e resolver conflitos fronteiriços com as colônias espanholas. Também no sul foi

- a Espanha conquistara Olivença aos portugueses e não estava obrigada a devolvê-la; e
- do mesmo modo, ele não restituiria aos portugueses as Missões Orientais, que passaram, assim, a integrar definitivamente o território brasileiro.



O Governador Veiga Cabral faleceu em novembro, ainda a tempo de ver exitosas as ações que mandou desencadear para retomar as Missões dos espanhóis.

Substituiu-o interinamente o já citado Brigadeiro Francisco João Roscio, que se achava em Porto Alegre.

Roscio vai, imediatamente, para a área conflagrada e determina enérgicas providências para afastar o perigo de represálias, principalmente na fronteira do rio Jaguarão.

Em suma, percebe-se claramente que houve uma troca. Os espanhóis ficaram com Olivença e os luso-brasileiros com as Missões e a região ao sul delas.

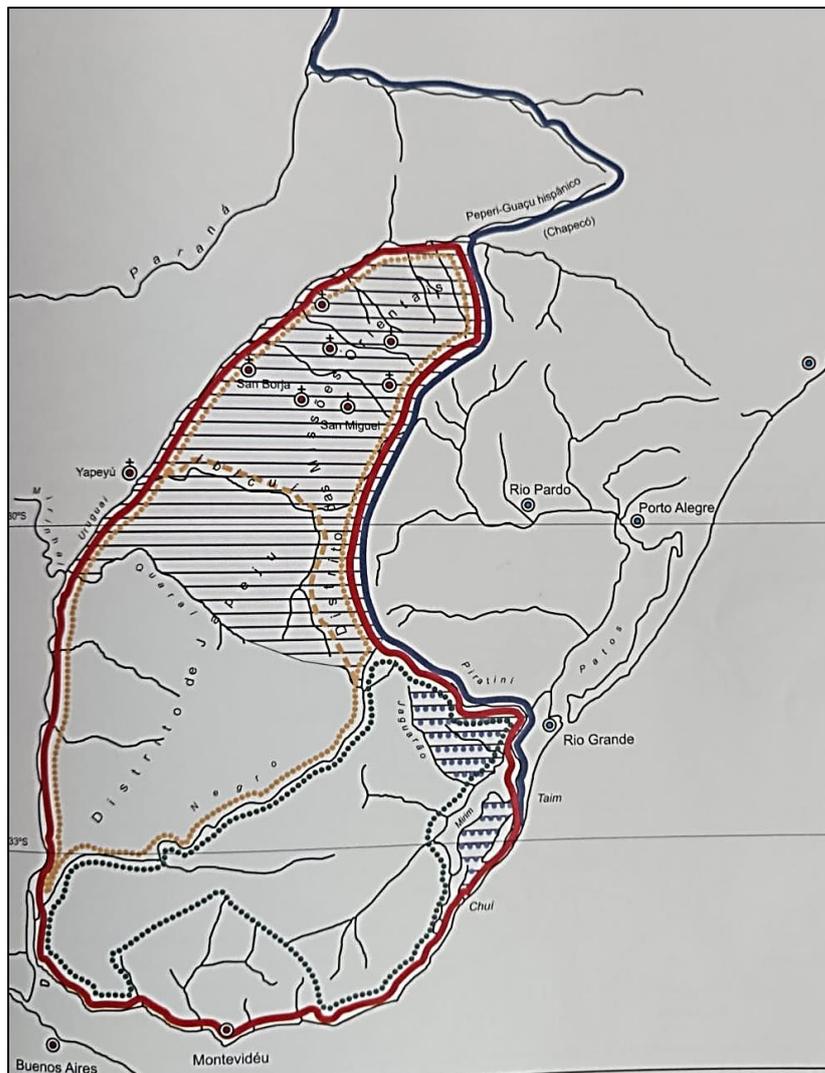
Ao lado, a interpretação do historiador Afonso Guerreiro Lima em Cronologia da História Rio Grandense. Porto Alegre: Globo, 1936, citado por LEMOS, 2009, p. 190.

A linha de Santo Ildefonso está tracejada.

(continua)

autor dos projetos da Igreja Matriz do Rio Pardo (1791) e da Igreja Matriz de Cachoeira do Sul (1793). Já Brigadeiro, Roscio governou interinamente a Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul de 5 de novembro de 1801 a 30 de janeiro de 1803. Faleceu em Porto Alegre em 1805. Não há imagens disponíveis do Brigadeiro Roscio.

À Esquerda, a Linha do Tratado de Santo Ildefonso (em azul) e a região (hachurada) que foi conquistada aos espanhóis.



Como se vê na figura, a área conquistada (ou reconquistada) estava entre a linha de Santo Ildefonso e a linha formada pelos rios Quaraí (nascente) e Jaguarão (idem), sendo que há uma fronteira seca entre estas duas nascentes, que hoje corresponde aos limites dos municípios de Sant’Ana do Livramento, Dom Pedrito, Bagé e Jaguarão com o vizinho Uruguai.

Conforme o historiador César Pires Machado,

em 17 de dezembro de 1801 na Vila de Rio Grande foi publicado um edital comunicando a paz firmada entre Espanha e Portugal. No acampamento de Jaguarão, Marques de Souza I recebeu esse edital em 20 de dezembro de 1801 e encaminhou cópia ao Comandante espanhol Rafael de Sobremonte y Núñez - Marquês de Sobremonte no dia seguinte. Este, no entanto, permaneceu diversos dias sem a confirmação de Buenos Aires, onde provavelmente imaginava que essa dilação permitiria a retomada de algum território perdido. No Povo de São Nicolau, o edital foi recebido por Joaquim Félix da Fonseca (Manso)¹⁵, em 26 de dezembro de 1801. No dia seguinte, Joaquim Félix encaminhou cópias aos comandantes e governadores espanhóis fronteiriços. Os termos da carta que acompanhava tais cópias, porém, denunciavam desassossego e antagonismo congênito. Em vez de expressões conciliatórias Fonseca, depois de ressaltar que estava obrigado a não empreender qualquer agressão à Nação Espanhola, concluía de modo pouco diplomático:

“Porem he preciso que V. Mce igualmente faça tão bem cessar quaesquer hostilidades contra a Nação Portuguesa [...]: ficando V. Mce aliaz responsavel pelas consequencias de qualquer aggressão ou acommettimento, q. daqui em deante, da sua parte possa acontecer”.

¹⁵ Manso foi nome alternativo. O pai dele tinha esse sobrenome. Joaquim Félix era Sargento-Mor (Major) e comandante português na região das Missões.

Terminada a guerra na Península Ibérica, autoridades espanholas tentaram convencer as autoridades luso-brasileiras a devolver os territórios conquistados pelas armas. Mas prevaleceu o princípio do “uti possidetis”¹⁶ e o que foi conquistado assim ficou.

O território conquistado abrangia a área dos Sete Povos das Missões mais a região situada entre os rios Piratini e Jaguarão e, ainda, uma faixa de terras que liga essas duas partes, tangenciando, a Oeste, o rio Santa Maria e nascentes do rio Negro.

É uma área equivalente a um terço do atual território gaúcho. Alguns autores interpretam que o antigo distrito de Entre Rios, território limitado pelos rios Uruguai, Quaraí, Ibicuí e Santa Maria, teria sido conquistado nessa guerra.

Em seguida, o governo da Capitania tratou de organizar econômica e psicossocialmente a região dos Sete Povos. Mas somente em 1843, pela lei do Orçamento, o Império incorporou as terras. Em 1850, Brasil já independente há 28 anos, a lei nº 601, de 18 de setembro do Segundo Império dispôs sobre a aquisição de terras devolutas e facilitou a ocupação pacífica de toda a área, estimulando o estabelecimento de colônias agrícolas nacionais e também estrangeiras.

As tentativas de recuperação dos Sete Povos pela Espanha

A Espanha passou a considerar a possibilidade de recuperar a região pela força das armas. Os vice-reis do Rio da Prata Don Joaquín del Pino Sánchez de Rozas Romero y Negrete (1729/1804) e seu sucessor Rafael de Sobremonte Núñez Castillo Angulo Bullón Ramírez de Arellano – III Marquês de Sobremonte (1745/1827) organizaram os estudos estratégicos e táticos para atingir esse objetivo. Para isso, foi nomeado o integrante da Junta Consultiva de Fortificações e Defesa das Índias Don Felix de Azara, Engenheiro militar.

Azara passou a defender uma ampla manobra que se baseava na conquista do Porto de Rio Grande e, em seguida, todo o território. Mas, Azara retornou para a Europa ainda em 1801, não deixando, entretanto, de continuar a defender a mesma tese.

Os acontecimentos posteriores iriam desmanchar os anseios espanhóis. Em 1805, o Rio da Prata sofre a invasão da Inglaterra e, em seguida, as duas outras invasões do Império inglês, ocorridas em 1806 e 1807. E assim, os objetivos territoriais e as demarcações dos limites entre os impérios ibéricos no cone sul foram sempre postergados.

Conclusões

Este processo histórico é um dos mais longos da História do Brasil. Com efeito, tomando-se seu início em 07 de junho de 1494 com o Tratado de Tordesilhas podemos, sem risco de cometer erros, fixar o seu final no dia 1º de março de 1870, quando da morte de Francisco Solano Lopez nas margens do Arroio Aquidabanigui.

Assim, foram 376 anos de prolongadas lutas, tratados, disputas, desavenças, corrimaças, desconfianças, invasões e agressões entre luso-brasileiros, brasileiros, orientais e argentinos.

Alguns eventos merecem ser destacados nesse processo, pela importância e relevância histórica. São eles, além dos já citados:

- a vinda da família real portuguesa para o Brasil em 1808;
- as intervenções do Império português na Banda Oriental em 1811 e 1816 contra as chamadas Guerras de José Gervásio Artigas;
- a incorporação da Cisplatina pelo Império do Brasil em 1821 quando toda a chamada Banda Oriental passou a pertencer ao Império português, inclusive a Colônia do Sacramento;

¹⁶ *Uti possidetis* ou *uti possidetis iuris* é um princípio de direito internacional segundo o qual aqueles que - *de facto*, ocupam um território possuem direito sobre este. A expressão advém da frase *uti possidetis, ita possideatis*, que significa "como possuíis, assim possuiais".

